



GT 53. Índios em cidades e cidades indígenas

Coordenador(es):

José Maurício Paiva Andion Arruti (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas)

Ricardo Ventura Santos (FIOCRUZ)

Debatedor/a: José Carlos Matos Pereira (CBAE/UFRJ)

O tema da migração ou mobilidade indígena para centros urbanos, com as transformações cosmológicas, organizacionais e identitárias nele implicadas é matéria de interesse crescente na antropologia produzida nos EUA, na América Latina e no Brasil. Depois dos primeiros trabalhos sobre o tema na década de 1960, com Cardoso de Oliveira, e na década de 1980 com seus orientandos, o tema praticamente saiu da pauta da antropologia feita no Brasil, para só ser retomado duas décadas depois, em larga medida sob o impacto dos dados produzidos em escala nacional com a introdução da categoria “indígena” na lista de opções de auto-atribuição na pergunta sobre cor ou raça dos Censos Demográficos do IBGE de 1991, 2000 e 2010. Neles registrou-se não apenas um crescimento da população auto-atribuída indígena de praticamente 100% da primeira para a segunda década, como também que esta população estava dividida em proporções praticamente iguais entre áreas rurais e urbanas. Isso impulsionou tanto os estudos demográficos e etnográficos sobre indígenas em situações urbanas, quanto vem renovando o diálogo interdisciplinar. Este GT tem por objetivo reunir trabalhos sobre a situação dos índios em cidades, com a expectativa de construir um panorama sobre o tema, suas abordagens e pautas de trabalho.

Espiritualidade indígena e ação política como bem comum: um estudo de caso sobre a Aldeia Maraka'nà

Autoria: Camila Pimenta Craveiro (UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), Rodolfo Liberato Noronha

A Aldeia Maraka'nà ocupa o terreno do antigo prédio do Museu do Índio e do Serviço de Proteção ao Índio hoje no entorno do Estádio Jornalista Mário Filho (Maracanã), na Zona Norte do Rio de Janeiro. Reúne tanto pautas comuns a outros grupos indígenas (urbanos e rurais) quanto demandas próprias, como a criação de uma universidade popular indígena, baseada nas formas de produção de conhecimento próprias de suas cosmologias; e a demarcação do terreno ocupado. Queremos entender como ação política e espiritualidade aparecem, neste grupo, como elementos conectados, não apenas em sua organização interna quanto na forma como lida com o Estado e megaempreendimentos. O work será dividido em três seções. Começaremos reconstruindo a história da ocupação e do terreno a partir de: documentos oficiais; entrevistas realizadas ali entre agosto de 2018 e agosto de 2019; e observações ativas nesse período, conforme Gil, 2008, onde se destacam dois processos: a organização e realização do COIREM 2018 ? III Congresso Intercultural de Resistência dos povos indígenas e tradicionais do Maraka'nà; e os processos judiciais que discutem remoção e demarcação. A segunda seção busca fazer uma discussão teórica, mobilizando conceitos como o de ?metrocentrismo? de Connel (2012) ao tratar da teoria social. Ela o faz por compreender que a construção do conhecimento acadêmico faz parte do que chama de ?divisão imperial do work? teórico, remarcando a distinção entre uma periferia que disponibiliza dados e um centro que os analisa. Recorreremos ainda ao conceito de ?colonialidade do poder? de Quijano (1992) para observar o que se entende por Modernidade; essa hierarquização entre ?Moderno? e ?local? será desenvolvido também do ponto de vista epistemológico, com Latour (2004 e 2009) e Stengers (2002). Ainda nessa seção será tratado o paradigma dos comuns, de



Dardot e Laval (2017), bem como das estruturas ternárias de reciprocidade propostas por Sabourin (2010), que negariam a estruturação de trocas a partir do mercado; e das populações nativas sul-americanas estudadas por Clastres (2011 e 2012), que negariam a configuração política de Estado. Este item também trará o debate sobre os movimentos autonomistas estudados por Svampa (2012) e a análise sobre a ossatura material do Estado de Poulantzas (1981). Na terceira e última seção vamos analisar os dados, procurando entender como se dá a relação entre espiritualidade e ação política em suas relações com instituições estatais. Pretende-se ainda utilizar da observação das diversas audiências sobre o caso de reintegração de posse da Aldeia Maraká?nà como também nos espaços institucionais, muitas vezes rejeitados pelos atores do campo.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: